



PIAUI



DIÁRIO OFICIAL

ANO LXXIV - 114º DA REPÚBLICA

Quinta-feira, 09 de junho de 2005 - Nº 107

TERESINA - PIAUÍ

Reunião discute novo sistema de pagamento



Reunião sobre a folha de pagamento

O ideal, segundo Regina Sousa, é chegar a um modelo que a folha seja empenhada automaticamente no Siafem. "Para que não fiquemos cobrando de cada órgão o empenho apropriado e a liquidação da folha", completa.

Na reunião, foi formada uma comissão composta por servidores das secretarias da Administração, Fazenda, Assistência Social e Cidadania, além da Empresa de Informática e Processamento de Dados do Piauí (Prodepi) e Corpo de Bombeiros, para elaborar um modelo de empenho automático. O presidente da Prodepi, Antônio Torres, e o superintendente de Despesas da Secretaria da Fazenda, Francisco José Silva, participaram do encontro.

Novo sistema de folha

Quanto ao novo sistema de folha de pagamento que o Governo do Piauí recebeu do governo de Goiás, Regina Sousa informa que ele já começou com o processo de transmissão de dados, mas lembra que é demorado e só será concluído em um ano. Pelo convênio assinado em fevereiro, entre os governadores dos dois Estados, o Piauí poderá se beneficiar de sistemas informatizados adotados por Goiás que usam tecnologia de ponta no gerenciamento de informações orçamentária e controle de pessoa e folha de pagamento.

Estudar uma forma de fazer o empenho automático da folha de pagamento foi o tema da reunião realizada na Escola Fazendária entre a secretária da Administração, Regina Sousa, e os servidores responsáveis pela elaboração da folha de pagamento em cada órgão. A demora de alguns órgãos em empenhar a folha, às vezes, atrapalha o calendário de pagamento.

A secretária da Administração explica que cada órgão faz o empenho (reconhecimento da dívida e o comprometimento em pagá-la) no Sistema Integrado de Administração Financeira para Estados e Municípios (Siafem) no Piauí e, às vezes, há atraso, o que atrapalha o calendário de pagamento. "Tem um órgão que não faz, e a Administração é obrigada a emitir relatório separado para não prejudicar os bancos."

Extração de opala em Pedro II tem incentivo



Mina de opala Boi Morto

próximos 24 meses no incentivo à pesquisa mineral, lavra, beneficiamento, lapidação, design e comercialização de opala.

O secretário Elmano Férrer se reuniu terça-feira, 7, pela manhã, com técnicos dos órgãos envolvidos no projeto para ajustes no termo de cooperação entre as instituições, adequação do cronograma de execução, gestão e avaliação do projeto, além de discutir aspectos operacionais, financeiros e legais. Eles ainda estudam a possibilidade de inclusão de novos parceiros a fim de consolidar a cadeia produtiva de opala, permitindo uma produção sistemática e qualificada que gere riqueza para a região, emprego e renda para a população local.

Participaram da reunião técnicos do Setdetur, do Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas do Piauí (Sebrae), do Centro de Tecnologia Mineral (Cetem), Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM), Serviço Geológico do Brasil (CPRM), Instituto Brasileiro de Gemas e Metais Preciosos (IBGM), Cooperativa dos Garimpeiros de Pedro II (COOGP) e da Associação dos Joalheiros e Lapidários de Pedro II.

Segundo o secretário Elmano Férrer, haverá um investimento na ordem de R\$ 946.347,00, que serão aplicados nos

A produção de opala na região de Pedro II (PI) será beneficiada pelo Projeto Cooperativo em Rede do Arranjo Produtivo de Opala, desenvolvido pelo Governo do Estado do Piauí, através da Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Econômico, Tecnológico e do Turismo (Setdetur), em parceria com o Ministério de Ciência e Tecnologia, Sebrae, Cooperativa dos Garimpeiros de Pedro II e Associação dos Joalheiros e Lapidários de Pedro II.

Equipe quase pronta para 1º transplante de pâncreas

Pacientes que precisam fazer transplante de pâncreas ou de fígado poderão se submeter à cirurgia no Piauí, logo que as equipes médicas integrarem, respectivamente, um endocrinologista e um clínico com treinamento específico em transplantes, informou a coordenadora da Central da Notificação, Captação e Distribuição de Órgãos (Central de Transplantes) do Estado, nefrologista Maria de Lourdes Freitas Veras.

Ela disse que, embora o Piauí já esteja habilitado para efetivar as cirurgias, pelo Ministério da Saúde, por já dispor de tecnologia para a intervenção, está havendo dificuldade para completar as duas equipes médicas transplantadoras, por falta desses profissionais treinados.

Segundo ela, as duas equipes de transplantes, de pâncreas e fígado, estão praticamente prontas. No caso da de pâncreas, a equipe, com um mínimo de seis profissionais, deve ter um endocrinologista com treinamento específico em transplantes, com um mínimo de seis meses de preparação.

A dificuldade está em que nenhum Estado do Nordeste faz transplante de pâncreas e por isso o treinamento deve ser feito na região Sudeste do país. Uma vez que enviar um endocrinologista, já estabelecido e clinicando em Teresina, para treinamento de seis meses em outro Estado tem se mostrado impraticável, o responsável técnico pela

equipe, urologista e cirurgião geral Luís Carlos Tajra, está contatando endocrinologistas piauienses que já estão morando, temporariamente, no eixo Rio de Janeiro-São Paulo, para que façam o treinamento e retornem já especializados.

Maria de Lourdes Freitas Veras explicou que, diante disso, a expectativa é de que o primeiro transplante de pâncreas no Piauí seja realizado durante o segundo semestre deste ano, possivelmente no último trimestre. A previsão inicial era de que a cirurgia fosse realizada no início deste ano.

O Piauí também poderá fazer transplante conjugado pâncreas-rim. "Estatisticamente falando, cerca de 10% dos pacientes que fazem hemodiálise perderam o rim por carência de insulina, que é produzida pelo pâncreas. E o ideal, nesses casos, é que o transplante seja conjugado", disse. Em Teresina, há entre 25 a 30 pacientes cadastrados para fazerem o transplante de pâncreas, ou conjugado pâncreas-rim.

Quanto ao de fígado, há 67 pacientes na fila de espera na central de transplantes em Fortaleza (CE), onde esse tipo de cirurgia já está sendo feito. As dificuldades para completar a equipe transplantadora têm sido as mesmas já verificadas no caso do pâncreas. "Esperamos solucionar esses problemas o mais rápido possível", disse ela.

Convênio permite assistência jurídica permanente aos presos



Defensoria Pública do Estado

Justiça. Entretanto, os sentenciados integram o público-alvo preferencial do convênio. De acordo com a defensora Isadora Cartaxo, o atendimento aos presos consiste em assisti-los no que se refere ao cumprimento das respectivas penas, solicitando, junto à Justiça, os benefícios previstos na Lei das Execuções Penais. Há igualmente um trabalho de apoio às respectivas famílias.

O Núcleo das Execuções Penais da Defensoria Pública faz ainda um acompanhamento relativo às condições de cárcere às quais esses detentos estão submetidos. Isso inclui a preocupação quanto ao atendimento médico prestado aos presos. Com relação aos benefícios prováveis, previstos na Lei das Execuções Penais, o pessoal do núcleo tem atuado de maneira a solicitar, por exemplo, o livramento condicional, a progressão de regime, autorização de saída, indulto, a remição de pena, etc.

Isadora Cartaxo esclarece que esses benefícios só são solicitados, caso os presos tenham de fato o direito a eles. Mas as ações do Núcleo das Execuções Penais não se restringem às unidades prisionais da capital. Está prevista uma visita à Penitenciária de Vereda Grande, em Floriano, provavelmente em julho. Sistemáticamente, o trabalho de assistência jurídica tem sido feito, em relação às penitenciárias do interior, através de correspondência.

A defensora pública destaca a importância do convênio com a Secretaria da Justiça e dos Direitos Humanos, no sentido de que haja tranquilidade nas unidades prisionais do Estado, pois os presos sentem efetivamente que estão sendo assistidos pelo Estado, e esse aspecto tem contribuído para o apaziguamento das penitenciárias, evitando rebeliões e outros incidentes.

Instituído em abril de 2004, o convênio entre a Defensoria Pública do Estado do Piauí e a Secretaria da Justiça e dos Direitos Humanos tem permitido a prestação de assistência jurídica permanente aos presos de unidades prisionais estaduais. O trabalho é realizado pelo Núcleo das Execuções Penais da Defensoria Pública, que é coordenado pela defensora pública Isadora Cartaxo, e exerce um atendimento direto através de visitas semanais.

Segundo a defensora pública, o convênio é muito importante, já que é um dos mecanismos de facilitação do trabalho realizado pelo núcleo. Ela informou que as visitas se concentram na Casa de Custódia, na Penitenciária Irmão Guido e na Colônia Agrícola e Industrial Major César Oliveira. As terças-feiras e quartas-feiras, sempre durante a tarde, as equipes do Núcleo das Execuções Penais da Defensoria Pública visitam a Casa de Custódia. As quintas, a Penitenciária Irmão Guido é visitada e, às sextas-feiras, acontece o atendimento direto na Colônia Major César de Oliveira.

A assistência jurídica prestada contempla presos sentenciados e também os provisórios, aqueles ainda não julgados pela

Justiça. Entretanto, os sentenciados integram o público-alvo preferencial do convênio. De acordo com a defensora Isadora Cartaxo, o atendimento aos presos consiste em assisti-los no que se refere ao cumprimento das respectivas penas, solicitando, junto à Justiça, os benefícios previstos na Lei das Execuções Penais. Há igualmente um trabalho de apoio às respectivas famílias.

O Núcleo das Execuções Penais da Defensoria Pública faz ainda um acompanhamento relativo às condições de cárcere às quais esses detentos estão submetidos. Isso inclui a preocupação quanto ao atendimento médico prestado aos presos. Com relação aos benefícios prováveis, previstos na Lei das Execuções Penais, o pessoal do núcleo tem atuado de maneira a solicitar, por exemplo, o livramento condicional, a progressão de regime, autorização de saída, indulto, a remição de pena, etc.

Isadora Cartaxo esclarece que esses benefícios só são solicitados, caso os presos tenham de fato o direito a eles. Mas as ações do Núcleo das Execuções Penais não se restringem às unidades prisionais da capital. Está prevista uma visita à Penitenciária de Vereda Grande, em Floriano, provavelmente em julho. Sistemáticamente, o trabalho de assistência jurídica tem sido feito, em relação às penitenciárias do interior, através de correspondência.

A defensora pública destaca a importância do convênio com a Secretaria da Justiça e dos Direitos Humanos, no sentido de que haja tranquilidade nas unidades prisionais do Estado, pois os presos sentem efetivamente que estão sendo assistidos pelo Estado, e esse aspecto tem contribuído para o apaziguamento das penitenciárias, evitando rebeliões e outros incidentes.